

A apropriação do espaço no Bairro «Luta pela Casa»: as práticas do alojamento

MARTA MOURA *

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho ⁽¹⁾, situa-se num âmbito bastante diferente daquele em que habitualmente tem sido analisada a questão do alojamento. De referir que não se deve utilizar indiscriminadamente os seguintes conceitos: habitação e alojamento. Neste trabalho o primeiro conceito é entendido como o conjunto mínimo de instalação que abriga a família, isto é: como espaço propriamente confinado à habitação.

* Socióloga. Bolseira de Investigação do Grupo de Ecologia Social (G.E.S.) do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (L.N.E.C.).

(1) Este artigo faz parte de um trabalho de investigação realizado em 1986 no âmbito do Curso de Pós-Graduação «Estudos Urbanos e Habitação» organizado pelo Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa.

A principal motivação residiu na necessidade de especialização e também de aprofundamento de uma matéria que se reveste de um carácter interdisciplinar, remetendo-nos, obviamente, para uma articulação de instrumentos de análise, só possível num curso dessa natureza, e onde, para além de sociólogos, participaram arquitectos, engenheiros e geógrafos.

Um dos objectivos do curso foi o estudo da realidade portuguesa no que se refere aos processos habitacionais e sua concretização, e à formulação de bases teóricas tendentes à resolução desses problemas.

Na altura, como técnica de uma autarquia (Câmara Municipal de Oeiras, uma das maiores e mais populosas autarquias da Área Metropolitana de Lisboa) com actuação específica no domínio da habitação («Divisão de Habitação») e dos problemas urbanos, apresentei um projecto de investigação que incidia sobre um caso concreto (Bairro «Luta pela Casa») e em que se pretendia estabelecer a relação entre os conhecimentos teóricos adquiridos e a realidade concreta que constituía o meu campo de trabalho.

Por outro lado, o conceito de alojamento não se limita a essa função: a um espaço confinado — abrigo ou casa onde a família se aloja e habita; nem tão-pouco se limita à definição apresentada pelo I.N.E. aquando do II Recenseamento Geral da Habitação em que é considerado como o «local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, amplificado ou transformado, se destina a habitação humana, na condição de, no momento do recenseamento, não estar a ser utilizado para outros fins» (I.N.E., 1981).

O alojamento é um conceito que, devido às necessidades da vida social, integra um conjunto de equipamentos e serviços colectivos que possibilitem a vida em comunidade. Ou seja: integra as condições materiais, ambientais e psicológicas que permitem aos indivíduos realizar a sua existência.

Importa, pois, ainda que em traços muito gerais, identificar sumariamente as principais temáticas frequentemente associadas aos debates sobre a questão do alojamento, nomeadamente sobre a sua apropriação.

2. A QUESTÃO DO ALOJAMENTO

Os processos de apropriação do alojamento não têm sido, até ao momento, um objecto particularmente abordado no âmbito da sociologia. Muitos dos principais contributos neste campo de análise provêm de outras disciplinas sociais, nomeadamente da antropologia cultural, da semiótica e da psico-sociologia

(Castellan, 1970; Deutsch e Krauss, 1972; Palmade, 1977).

Por um lado, Lamure (1976) enquanto construtor de alojamentos, coloca-se na perspectiva de que não se podem conceber alojamentos que satisfaçam os seus futuros ocupantes sem estudar as suas necessidades e comportamentos de uma forma aprofundada e tanto quanto possível científica.

Palmade (1981), por outro lado, aborda o alojamento sobre a perspectiva da relação entre a psicologia e a sociologia, entendendo que o alojamento não é um puro objecto técnico, na medida em que os homens aí vivem e habitam.

Esta convergência transdisciplinar na abordagem teórica do alojamento reflecte aliás uma tendência crescente nos estudos urbanos como é salientado por vários autores (Lauwe, 1972; Reichert e Remaud, 1980). Por exemplo, alguns estudos publicados pelo Centro de Investigação de Urbanismo do Instituto Nacional de Estudos Demográficos de Paris realçam o problema qualitativo do alojamento através da aplicação de inquéritos demográficos e psico-sociológicos.

Num âmbito mais estritamente sociológico há a assinalar, por um lado, os contributos da sociologia da família e, por outro, certos trabalhos dispersos de sociologia urbana. Neste último domínio são de destacar, até pelo seu carácter pioneiro, os estudos realizados sobre a habitação sob a direcção de Henri Lefebvre (1966) bem como os orientados por Chombart de Lauwe sobre a família e a habitação.

Para Chombart de Lauwe (1959, 1960) a habitação não pode estar separada do quadro de vida material da sociedade. Estudar as transformações do alojamento é estudar a transformação da sociedade e a transformação da família.

Quanto ao estudo da apropriação do espaço, para Chombart de Lauwe (1970) a apropriação psico-sociológica do espaço construído relaciona-se com as condições socioeconómicas da apropriação física.

3. O ALOJAMENTO: A CONSTRUÇÃO DE UM OBJECTO

O objecto de estudo do projecto não incidiu sobre uma avaliação sociológica genérica do Bairro «Luta pela Casa» a desenvolver no âmbito da Divisão de Habitação da Câmara Municipal de Oeiras, nem teve por objectivo o reequacionamento concreto dos pro-

gramas de realojamento em curso no Concelho de Oeiras.

No entanto, considerando o significado da mudança morador/nova habitação/novos espaços característicos da urbanização em que se insere o Bairro, a Divisão de Habitação adoptou uma forma de trabalho que conduzisse, designadamente, à avaliação prática deste processo tendo como objectivo a recolha de elementos que possam melhorar projectos futuros.

Uma primeira fase de trabalho (1985) correspondeu à instalação dos moradores no bairro. A experiência que desde aí se tem vindo a adquirir com o acompanhamento, ainda não tão contínuo e articulado quanto desejável, do Bairro «Luta pela Casa» e dos Bairros Municipais em geral, demonstrou que:

- por um lado, o acompanhamento sociológico das várias fases de um processo de realojamento é basililar — desde o nível de diagnóstico da situação, desenvolvido em interacção regular com os moradores e suas organizações representativas, até à instalação nos novos bairros e acompanhamento subsequente;

- por outro, sendo qualquer processo de realojamento algo de questionável, é inadiável a realização de estudos conducentes à execução de novos programas de realojamento no Concelho de Oeiras e sua adaptação à população a que se destinam.

De um ponto de vista demográfico, importa detectar alguns aspectos relativos às características da sua naturalidade, modalidades de fixação no concelho, volume, estrutura sexo-etária e mobilidade residencial, entre outras. Oeiras, à semelhança de outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L.)⁽²⁾, define-se como uma zona de atracção populacional, fenómeno que determina, em parte, a política habitacional dos últimos anos.

(2) O conceito de Área Metropolitana de Lisboa designa uma extensa zona que ultrapassa os limites de jurisdição das administrações locais, possui um núcleo central denso que se interrelaciona com os núcleos urbanos envolventes, criando fluxos diários de população, de mercadorias, de informação, etc., em função da distribuição dos equipamentos colectivos, dos locais de emprego e de habitação.

Os fluxos que se manifestam na Área Metropolitana de Lisboa transcendem, seguramente, esses limites, como aliás tem sido reconhecido em diversos estudos.

Os concelhos abrangidos pela A.M.L. são os seguintes:

— na margem norte: Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira;

— na margem sul: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

3.1. Enquadramento demográfico

Com efeito, no período de 1950-80, o aumento demográfico manifestado quase exclusivamente no litoral, apresentou sempre valores mais elevados nos distritos de Lisboa e Setúbal. Para este facto concorreram os movimentos migratórios internos que caracterizaram estes distritos como os únicos de atracção populacional, nas décadas de 50 e 60 e na segunda metade de 70.

A A.M.L., que no mesmo intervalo duplicou o número de residentes (sendo quase 2/3 resultantes do saldo migratório), tem sido o grande pólo de crescimento e de atracção populacional do continente.

Oeiras acompanhou globalmente esta evolução, tendo sextuplicado os efectivos populacionais e, assim, reforçado a sua participação na A.M.L..

À semelhança do que se observou na A.M.L. o crescimento efectivo verificado em Oeiras ficou a dever-se, sobretudo, à entrada de grandes contingentes de migrantes. O índice migrações/crescimento, no período de 1950-1980, indica um valor de 76,11%. O valor concelhio mais elevado verificou-se na década de cinquenta, sendo superior a todos os outros.

A grande atracção verificada na zona de estudo suscita uma questão: as alterações provocadas na naturalidade da população residente.

4. BREVE ANÁLISE HISTÓRICA DO BAIRRO «LUTA PELA CASA»

Trata-se de uma promoção municipal em Carnaxide — do 4.º Bairro Social constituído no Concelho de Oeiras, distrito de Lisboa — a partir de um projecto do Serviço Ambulatório de Apoio Local (S.A.A.L.)⁽³⁾. Através deste programa, a Câmara

(3) O aparecimento do Serviço de Apoio Ambulatório Local (S.A.A.L.), enquanto intervenção política no sector do alojamento, correspondeu a um clima de grandes movimentações populares que o país viveu em 1974, em que a nível urbano despontaram por todo o lado Comissões e Associações de Moradores reivindicando melhores condições de habitação, a construção de novos bairros, de creches, de saneamento básico e outros equipamentos.

O S.A.A.L. é constituído por um «corpo técnico especializado que deverá apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente monetários» (V. M. Ferreira, 1975).

O S.A.A.L. teve pois como objectivo a eliminação dos «bairros de lata», uma vez que a inserção destes bairros na estrutura urbana os situava como autênticos ghettos, isolando-os e segregando-os do restante tecido urbano.

Municipal de Oeiras (C.M.O.) concretizou o realojamento de 76 famílias carenciadas agrupadas na Associação de Moradores «Luta pela Casa», e procedeu à atribuição de 24 habitações em regime de venda por concurso público.

No que se refere às habitações em regime de arrendamento são praticadas rendas sociais de acordo com a legislação em vigor, com algumas bonificações introduzidas por deliberação da C.M.O., que situam a incidência da renda no rendimento familiar entre 9 e 22%.

O regime de venda praticado nas restantes habitações é social, dado que os valores se regem pelos estabelecidos na Portaria 95/84 (T2 - 2400 contos, T3 - 2800 contos e T4 - 3200 contos).

Para este programa a intervenção da C.M.O. começou por registar-se ao nível da expropriação dos terrenos, comparticipação na execução das infra-estruturas e acompanhamento da execução de todos os projectos.

Com as sucessivas alterações na política nacional de implementação destes programas, a intervenção camarária foi passando por fases subsequentes, desde o total apoio técnico até ao exclusivo apoio financeiro. O apoio técnico caracterizou-se não só no âmbito da execução dos projectos e das obras, quer das habitações quer dos equipamentos que a criação desses núcleos habitacionais impunham, mas também no âmbito da implementação das organizações de base da população das futuras operações.

A extinção de programas financiados pelo poder central como foram as operações S.A.A.L. e as promoções directas do Estado, tornou implícita a passagem de responsabilidade da promoção habitacional do Governo Central para as Câmaras Municipais.

A construção dos 100 fogos (36 T2, 56 T3 e 8 T4) no Bairro «Luta pela Casa» teve o seu início no ano de 1983, tendo-se concluído no prazo de 17 meses.

O centro colectivo, integrando Jardim de Infância, Centro de Dia e sede da Associação de Moradores, ainda se encontra em fase de projecto. Os arranjos exteriores do bairro ainda não estão concluídos.

O montante global investido pela C.M.O. neste empreendimento ascendeu a 230 mil contos distribuídos pelas obras de infra-estruturas, fogos e arranjos exteriores.

De salientar que Carnaxide, situada na zona de influência de Lisboa, assiste à presença de duas rea-

lidades urbanas distintas. Uma, aqui designada por *Carnaxide inicial*, com um significado histórico-espacial contínuo e ligado a um desenvolvimento de tipo rural. A outra, designada por *Carnaxide nova*, um dormitório típico, referenciado na sua dependência cultural e económica com o grande centro que é Lisboa.

Os núcleos realojados no Bairro «Luta pela Casa» viveram essencialmente a primeira realidade, muito embora tenham nascido do processo que gerou a segunda.

As 76 famílias carenciadas, agrupadas na Associação de Moradores «Luta pela Casa», que foram realojadas residiam em diversos núcleos clandestinos e degradados da zona envolvente de Carnaxide, bem como em habitações antigas e degradadas do centro da Vila, em regime de arrendamento, sub-arrendamento e propriedade dos próprios.

Essas famílias arrendatárias (relojadas) bem como as proprietárias, constituem uma população que na sua maioria é natural de distritos não pertencentes à A.M.L. e que aqui se fixou, em 60% dos casos, há mais de 15 anos. Como já tinha sido sugerido na breve análise demográfica feita no ponto 3, constata-se que apenas 17% da população é natural de Lisboa, sendo de realçar que 38% é natural de Beja, concelho de Serpa⁽⁴⁾.

Do ponto de vista sócio-económico e profissional verifica-se que 36,6% da população exerce uma actividade, embora existam diferenças significativas entre arrendatários e proprietários. Verifica-se que as categorias sócio-profissionais são mais qualificadas na população proprietária. Por exemplo: na população arrendatária os trabalhadores indiferenciados representam 18,5% contra 7,4% na população proprietária ($X^2 = 20.3$; $p < .0001$; $gl = 1$), enquanto o peso dos trabalhadores do sector terciário semi-qualificados e qualificados é de 11,7% na população proprietária contra 2% na população arrendatária ($X^2 = 78.8$; $p < .0001$; $gl = 1$). Reforça-se ainda esta situação na categoria dos quadros técnicos e superiores em que a população arrendatária apenas representa 0,4% contra 4,3% na população proprietária ($X^2 = 109.5$; $p < .0001$; $gl = 1$).

(4) Para uma análise sociodemográfica mais pormenorizada é possível consultar o trabalho de investigação apresentado no Curso de Pós-Graduação «Estudos Urbanos e Habitação». Ver nota 1.

Quanto à estrutura populacional só se conseguiu analisar a da população arrendatária. Contudo, realça-se que essa população manifesta um envelhecimento no topo da estrutura na medida em que, a população com mais de 65 anos representa 9,6% da população total e corresponde aos indivíduos em idade de reforma. A população jovem (até aos 14 anos), representa 26% da população total. De salientar que existem 40,6% de jovens e 10% de idosos por cada 100 activos.

5. AS PRÁTICAS DO ALOJAMENTO: OBJECTO DE ANÁLISE

O trabalho tem como objecto de estudo o Bairro Municipal «Luta pela Casa». Pretendeu-se detectar o processo de produção social desse espaço e, mais particularmente, captar, inventariar e analisar as práticas quotidianas no alojamento. Ou seja: pretendu-se detectar o processo de apropriação do alojamento a dois níveis:

- *Funcional* — de que forma é que o espaço modela e estrutura a organização da vida quotidiana;
- *Simbólico* — quais são as opiniões, as atitudes e as representações que as famílias têm relativamente às suas condições actuais de habitação.

6. HIPÓTESES TEÓRICAS

Definido o objecto de análise e os objectivos do trabalho empírico, levantaram-se as seguintes hipóteses teóricas:

- 1 — O alojamento não possui em si próprio efeito determinante sobre as práticas sociais dos seus ocupantes.
- 2 — A sua influência conjugada com o conjunto das condições de vida, contribui certamente para facilitar ou contrariar o exercício da vida social desejada ou inconscientemente procurada por cada família.

7. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Dado que os recursos disponíveis eram escassos, tanto os temporais como os humanos e materiais, a

utilização da entrevista directiva surgiu como a mais adequada face aos objectivos propostos.

Para as entrevistas escolheu-se uma amostra representativa (não probabilística) do universo constituído pelos casais alojados.

O lançamento das entrevistas directivas para recolha de informação sobre as práticas de apropriação do alojamento no Bairro «Luta pela Casa», teve pois como objectivo preciso verificar a pertinência da problemática ensaiada.

Ou seja: as práticas quotidianas do alojamento não constituem um nível da realidade a explicar como consequência directa ou mero reflexo da estrutura social global e da forma como essa estrutura está organizada e funciona a cada momento.

As práticas quotidianas do alojamento não serão apenas o que é explicado, mas também o que explica a diversidade real dessas práticas. Isto porque essa explicação tem estado sujeita a um esquema mecanicista e economicista, segundo o qual a diversidade e as modalidades do consumo do bem alojamento pelas famílias estão directamente ligadas aos lugares ocupados nas relações de produção (Pinçon, 1978).

Torna-se pois necessário aprofundar o conhecimento das práticas do alojamento retirando-lhe o seu carácter radical e redutor, tendo em conta, contudo, que as práticas não existem por si mesmas, nem são indeterminadas porque não existem exteriormente à estrutura social nem independentemente desta.

No entanto, as práticas quotidianas são muito mais que uma utilização mecânica e inconsciente dos objectos impostos ou necessários, são muito mais do que o mero cumprimento de uma função reprodutiva e do que o reflexo imediato e individualizado de um funcionamento social determinado.

Importa assim ter em conta que o trabalho empírico realizado não procura por um lado, validar ou infirmar hipóteses fortemente estruturadas, mas apenas verificar hipóteses potencialmente explicativas de certas formulações na análise das problemáticas concretas.

A entrevista directiva, na sua formulação apresenta questões abertas. Procurou-se, deste modo, não reduzindo a liberdade de expressão dos entrevistados, captar os aspectos subjectivos das respostas.

A redacção das perguntas procurou neutralizar eventuais reacções enviesadas dos entrevistados, formulando as perguntas numa linguagem que traduzisse a utilização desses mesmos termos nas práticas quotidianas.

As entrevistas foram feitas ao casal tendo por base a unidade-família ⁽⁵⁾. Deste modo, tornou-se necessário a utilização de critérios de amostragem, embora não probabilísticos, para evitar tanto quanto possível enviesamentos em relação ao universo-alvo.

Numa primeira fase, procedeu-se à identificação e caracterização da população residente no Bairro Municipal «Luta pela Casa» com base nas seguintes variáveis: estatuto de ocupação (proprietário/arrendatário); piso; naturalidade; tempo de residência no concelho; grau de instrução; idade; sexo; categoria sócio-profissional; rendimentos e condições de habitabilidade antes do realojamento e antes da compra do fogo.

Num segundo momento, optou-se por uma amostra estratificada pelo facto do universo-alvo ser pouco homogénico em relação às características estudadas. Isto é: a estratificação contribui para a eficiência da amostra ao conseguir estabelecer estratos que sejam relativamente homogéneos quanto às características a serem estudadas. A obtenção de estratos baseou-se em 4 grandes critérios, alguns deles subdivididos:

- idade;
- estatuto de ocupação;
- naturalidade,
 - da A.M.L.,
 - fora da A.M.L.;
- situação habitacional anterior,
 - alojamento clássico,
 - individual,
 - partilhado,
 - alojamento abarracado,
 - individual,
 - partilhado.

Uma selecção aleatória interveio posteriormente, para escolher os casais a entrevistar no interior de cada estrato. Seleccionados os casais, procedeu-se à caracterização dos elementos do agregado familiar através de variáveis como: sexo; idade; naturalidade; nível de escolaridade; ocupação; estrutura familiar; rendimento; local de residência e situação habitacional anteriores; estatuto de ocupação (proprietário ou arrendatário) nos novos alojamentos; tipologias e andares.

(5) Importa aqui referir que sempre que se tratou de definir a pertença de classe da família no seu conjunto se optou pela referência ao elemento da família com quem foi celebrado contrato de arrendamento ou de promessa compra e venda, já que se mostrou o único procedimento teoricamente operacionalizável.

8. DEFINIÇÃO DE DIMENSÕES ANALÍTICAS

Durante o trabalho e, particularmente, nas entrevistas, a preocupação centrou-se especialmente sobre três grandes dimensões: *práticas de apropriação do alojamento, práticas de sociabilidade e a representações e aspirações.*

9. TRABALHO DE CAMPO

A fase de trabalho de campo decorreu durante o mês de Junho de 1987.

No que respeita à entrevista, foi feita sempre que possível aos dois elementos do casal.

Todas as entrevistas⁽⁶⁾ foram realizadas no interior do alojamento e a duração média da entrevista foi de 1 hora e 30 minutos, variando de um mínimo de 1 hora até ao máximo de 2 horas.

10. A EQUIPA PROJECTISTA E A CONCEPÇÃO DO BAIRRO

As características da população a realojar, exigiam, no entender da equipa projectista, uma ocupação de tipo não massivo, de articulação urbano-rural. A ocupação escolhida foi, como na generalidade dos casos S.A.A.L., caracterizada por habitação distribuída em piso único — rés-do-chão ou primeiro andar.

Cada fogo organiza-se segundo princípios de equilíbrio espacial-funcional e ambiental, tendo-se dado maior relevo à zona de utilização mais frequente (cozinha/refeições/estar) sem contudo fazer uma demarcação muito rígida das suas áreas.

Optou-se por uma distribuição das zonas colectivas e privadas em que às primeiras é dado papel de relevo, sem contudo, deixar de assegurar o mínimo essencial às últimas.

Defendeu-se uma economia de espaços exteriores privados em benefício de zonas colectivas.

11. PRÁTICAS DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO FAMILIAR E OPINIÕES GERAIS SOBRE O PROJECTO DA CASA

Relativamente às práticas de apropriação material do alojamento concluiu-se que os espaços dentro/fora de casa que os casais consideram mais importantes são: a sala, os quartos, a cozinha e o pátio-quintal.

Aqueles que as famílias mais utilizam são: a sala, os quartos, a cozinha e a zona que lhe é contígua.

No entanto, na opinião da maioria dos casais (15 em 16) há mais inconvenientes do que vantagens:

- quando se reduz a área dos quartos a favor das divisões comuns;
- quando a cozinha comunica directamente com o espaço de refeições;
- quando a sala de estar comunica directamente com o espaço das refeições;
- quando a entrada da casa dá directamente para a sala de estar;
- quando se reduz a área interior do fogo em benefício dos espaços exteriores privados e
- quando se reduz a área dos espaços privados (p. ex., pátio-quintal) em benefício das zonas colectivas.

Por esta razão pareceu interessante colocar algumas perguntas que têm por objectivo analisar as reacções dos casais relativamente ao seu alojamento.

Tentou-se detectar se os casais concebem o «funcionamento» do seu alojamento tal como o arquitecto o concebeu para «funcionar». Isto é, o arquitecto determina *a priori*, no projecto propriamente dito, um certo número de áreas de função enquanto a família tem um modo de vida que pode não coincidir exactamente com a concepção feita pelo arquitecto e a maneira segundo a qual se organizam e se desenvolvem as diversas práticas da vida quotidiana.

Se a família não encontrar o seu ajustamento natural no novo alojamento resultará, como se concluiu, um confronto entre duas noções diferentes de «funcionamento» do alojamento: tal como ele é concebido pelo arquitecto por um lado e, por outro, o modo como ele é apropriado pelas famílias.

(6) Realizaram-se no total 16 entrevistas. Por este motivo, a apresentação dos resultados da pesquisa referencia as situações encontradas e não a quantificação das ocorrências traduzida em percentagens.

12. ACTIVIDADES DE RECOMPOSIÇÃO (REFEIÇÕES) E OS LAZERES DA FAMÍLIA

O alojamento, no que se refere às actividades de recomposição (refeições) e aos lazeres da família continua, em termos globais, a ser um espaço privilegiado para a realização das actividades exteriores à esfera profissional.

Existe contudo uma certa diferenciação entre as modalidades de apropriação do alojamento pelas famílias.

Em relação às refeições procurou-se determinar até que ponto estas eram simples actividades de recomposição ou, pelo contrário, se transformavam num tempo importante de desenvolvimento de práticas conviviais.

Importará salientar que embora na maioria dos casos observados (13) as refeições sejam predominantemente conviviais, existem ainda algumas famílias (3) para as quais as refeições são tomadas sob «pressão de outros afazeres».

A estrutura das actividades de lazer para o conjunto dos casais estudados define, no essencial 2 tipos de actividades predominantes:

1. o cuidado físico com os filhos e
2. a educação dos filhos em casa constitui o principal espaço comum do casal na apropriação do alojamento.

Verifica-se uma forte polarização entre homem e mulher em função do trabalho doméstico. Esta polarização define o espaço-alojamento como um espaço para a mulher e, simultaneamente, como um espaço de não trabalho para os homens.

13. AVALIAÇÃO, APRECIACÃO DO ALOJAMENTO PELAS FAMÍLIAS E GRAU DE SATISFAÇÃO

Partindo do princípio que as questões relacionadas com os detalhes técnicos ou de construção dos alojamentos podem ter uma importância considerável, não são, no entanto, menos graves do que aquelas que dizem respeito às áreas das divisões e à sua influência na satisfação geral dos moradores. Assim, colocaram-se ao casal questões como:

«Considera as divisões da sua casa, suficientemente grandes, razoáveis ou pequenas?»;

«Actualmente a área da casa é, para a família, bastante grande, razoável ou demasiado pequena?»;

«Tem bastantes divisões?»;

«Está satisfeito, no geral, com a sua nova casa?».

Note-se que estas perguntas estão muito ligadas entre si na medida em que era objectivo verificar se a área de uma das divisões do alojamento surge distinta da satisfação global do alojamento.

No entanto, verificou-se que não é a crítica em relação a determinada divisão que tem um papel preponderante na satisfação do alojamento. Este depende sobretudo da apreciação da área total.

Todos os casais (16) consideram que têm bastantes divisões e, no geral, estão satisfeitos com a sua nova casa. No entanto a grande maioria dos casais (12 em 16) fizeram algumas alterações ou melhoramentos na sua casa quando vieram viver para o Bairro.

14. IDENTIDADE DO BAIRRO

Quando os casais vieram viver para o Bairro manifestaram alegria pelo facto de terem passado a sentir-se melhor do que na sua anterior situação habitacional.

Mas essa alegria é transmitida de modo diverso. Exemplos:

«Quando me deram a chave da casa senti uma euforia enorme. Alegria. Nunca tinha tido uma casa e passei a ter» (cobrador, 41 anos).

«A minha sensação foi muito alegre porque eu sempre aspirei a ter uma casa e durante 20 anos nunca tinha tido nenhuma. Mas passei a pagar uma renda que está sempre a aumentar» (reformada, 53 anos).

Outras impressões típicas sobre o Bairro relacionam-se com o projecto e a obra:

«Só não gostei muito das cores: um amarelo muito vivo, mas agora habituei-me» (doméstica, 30 anos).

Com a inserção no espaço urbano:

«Gostei principalmente porque não tinha cimento à minha frente e por isso escolhi esta casa porque sei que aqui à frente não vão construir nada. Acho muito sossegado, posso chegar à janela e ver aquele espaço verde» (empregado de escritório, 28 anos).

Com as relações de vizinhança:

«Fiquei muito contente. Já conhecia as pessoas todas que vieram para cá. Tenho boa vizinhança e gostei muito» (empregada auxiliar dos Hospitais Civis, 35 anos).

Quando os casais entrevistados vieram viver para o Bairro passaram a abastecer-se no centro de Carnaxide (a 1 km de distância aproximadamente). Relativamente àquilo que é necessário do ponto de vista do comércio, de serviços médico-sociais, de transportes públicos de equipamentos culturais e de equipamentos desportivos, a grande maioria dos casais considera que encontra o necessário a nível do comércio (15), de serviços médico-sociais e de transportes públicos (16), não sendo contudo da mesma opinião no que diz respeito aos equipamentos culturais e aos equipamentos desportivos, dado que 15 e 14 casais respectivamente os consideram insuficientes.

Apesar da grande maioria dos casais (15 em 16) se ter habituado facilmente à vida do Bairro, esta nova situação habitacional provocou alterações no seu quotidiano. As razões mais apontadas pelos casais prendem-se com a sua situação habitacional anterior dado que viviam com familiares num espaço muito pequeno.

A mudança para a nova casa tem ainda como consequências uma melhoria na relação entre as pessoas, uma maior proximidade em relação ao local de trabalho ou ainda aos transportes públicos, implicando embora o pagamento de uma renda.

Relativamente às principais vantagens da vida no Bairro metade dos casais atribuem-nas à sua localização (inserção no espaço urbano) e à configuração do espaço:

«Dá-nos a sensação do espaço. Não é o mesmo que viver em caixotes. Entra-se e continua-se a sentir a mesma amplitude que lá fora. Respira-se ar puro» (chefe de Secção Administrativa, 39 anos).

Outros casais (2) consideram a proximidade relativamente ao local de trabalho e sua boa localização ao nível dos transportes.

Vantagens ambientais são ainda apontadas:

«Somos privilegiados pela vista que temos» ou porque se tem «mais espaço para se respirar», ou ainda porque «é calmo, sossegado e mais amplo».

Quanto às desvantagens, referem-se vários factos. Exemplos:

«Há vizinhos que se drogam e têm más companhias», «faltam espaços verdes», «falta um sítio para as pessoas se reunirem».

Além disso são ainda apontados problemas quanto à iluminação pública, água para rega, problemas relacionados com o projecto e com a obra da casa (infiltrações de humidades, acabamentos previstos pela C.M.O., etc.). Alguns casais (3) referem ainda o clima de insegurança em que vivem devido aos assaltos e mesmo a um assassinio que já se verificaram no Bairro.

De uma maneira geral são as vantagens mais do que os inconvenientes que importam aos casais.

Em relação ao Bairro, de um modo geral, a maioria dos casais entrevistados (10 em 16) afirma conhecer outros bairros sociais e considera o seu Bairro diferente desses por ter um ambiente calmo e ser menos poluído, por ter uma boa localização, por ter uma melhor configuração do espaço urbano, por ser mais bonito e porque «é menos bairro social relativamente aos outros» (nomeadamente por ter maior privacidade ao nível da família).

Quanto às prioridades relativas ao Bairro a maioria dos casais aponta como urgente: um espaço cultural/recreativo (9), um jardim infantil (8), comércio (7), cinema (7), uma creche (6), um pavilhão polidesportivo (5), para além de uma cabina telefónica (5), de iluminação pública (4), de um espaço para idosos (4), de contentores de lixo (2), guarda-nocturno (1), de uma pessoa que assegure a limpeza dos espaços colectivos, etc..

15. AS PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE

Para melhor determinar as diversas modalidades das práticas de sociabilidade analisou-se as relações sociais segundo o seu nível de formalização⁽⁷⁾. Chamar-se-á *relações espontâneas* a todos os contactos ocasionais, mesmo que frequentemente repetidos, que se operam a propósito de um pretexto exterior: encontro com os comerciantes, com os vizinhos, etc..

(7) A análise das relações sociais segundo o seu grau de formalização foi baseada numa pesquisa sobre «A evolução da vida social em meio urbano» do Centre d'Etudes des Groupes Sociaux (1965).

Relações organizadas são as que dizem respeito aos parentes ou amigos que vêm em visita ou que se vão visitar. Estas relações são cultivadas por si mesmas e obedecem, frequentemente, senão a rituais manifestos, pelo menos a hábitos que tomam facilmente a forma de costumes, tradições.

As *relações institucionais* são aquelas que se exercem no âmbito de associações ou de agrupamentos de natureza definida e explícita e de existência durável.

No entender da equipa projectista que concebeu o Bairro impunha-se a defesa de percursos pedonais. Mas a maioria dos casais (12 em 16) não costuma passear no Bairro, existindo deste modo uma fraca prática colectiva de apropriação do espaço. Ou seja: conclui-se que as relações que se estabelecem entre os agentes sociais e o espaço através do passeio no Bairro «Luta pela Casa» não se traduzem num (re)conhecimento do espaço pela maioria dos casais. Ou melhor, a vivência desse espaço, ao contrário do que normalmente se verifica, não origina a criação de quaisquer elementos de referência.

A equipa projectista também achou necessário respeitar e defender um pequeno torreão (do aqueduto subterrâneo existente) na medida em que se considerava que a sua caracterização transmitia uma determinada imagem que se traduzia posteriormente no comportamento dos habitantes como elemento de referência. Contudo, concluiu-se que a presença desse torreão não surge como elemento-sinal estimulante de determinadas conotações ambientais na medida em que, ao contrário do que foi projectado, não existe enquanto pólo de equipamento da população.

No que se refere às relações organizadas, a grande maioria dos casais que têm amigos em Carnaxide (11) afirmam que as relações de amizade foram estabelecidas fora do Bairro «Luta pela Casa», o que leva a considerar que neste bairro não se desenvolvem potencialmente redes de relações. Além disso, a elevada intensidade de reuniões com amigos de Carnaxide permite perceber que o desenvolvimento de redes de relações não se limita apenas ao Bairro «Luta pela Casa», mas extravasa esse espaço.

Esta análise sugere somente que o alojamento não intervém na constituição das opções de uma família quanto às suas relações sociais. A distribuição dos casais segundo as suas relações organizadas é semelhante, qualquer que seja o estatuto de ocupação, o índice de ocupação dos alojamentos, ou ainda o número e o tipo de arquitectura dos

alojamentos anteriormente ocupados. Resultados que parecem indicar que as opções feitas pelos casais ao nível das suas relações sociais, não são o resultado de um condicionamento permanente, sob o efeito de diversos constrangimentos materiais. Pelo contrário tudo se passa como se as relações sociais organizadas traduzissem uma escolha dos casais com uma forte determinação para resistir à pressão das condições de vida particulares, e nomeadamente do alojamento.

Seria contudo falso concluir que se pode realizar não importa que tipo de alojamento sem afectar as práticas sociais dos seus habitantes. O que se pretendeu assinalar é que a influência dos componentes do alojamento não pode ser considerada como constante e necessária, e que as diversas soluções arquitecturais não se acompanham de diferenças entre as relações sociais dos seus habitantes.

No que se refere às relações de vizinhança (relações espontâneas) observou-se que no Bairro «Luta pela Casa» a imagem positiva que se tem dos vizinhos não corresponde a uma grande intensidade de relações de vizinhança. Existe uma atmosfera de auto-suficiência: as pessoas que se ocupem dos seus próprios assuntos e que se mantenham fora dos assuntos dos outros. Contudo, espera-se que todos contribuam para a manutenção do nível social e físico do bairro não provocando demasiado barulho, mantendo limpos e arranjados os espaços colectivos, etc..

Quanto às relações institucionais estabelecidas através da Associação de Moradores «Luta pela Casa», os casais entrevistados que são sócios e, consequentemente, arrendatários (12) pensam que a Associação é importante porque:

— «Se não fosse a Associação este Bairro não existiria».

— «A Associação trata dos assuntos e resolve os problemas».

— «A Associação é a verdadeira interlocutora entre os moradores e a Câmara Municipal de Oeiras».

— «O associativismo é importante porque é um conjunto de pessoas», «uma união», «um órgão onde nós expomos os nossos problemas».

A Associação é ainda considerada importante pelos casais inclusivamente pelos não sócios (4) para: resolver os problemas directamente com a Câmara, ou seja, para servir de interlocutora entre a C.M.O. e os moradores, para conviver com as pessoas, para ajudar um bocadinho, para o bem-estar do Bairro e

para gerir o espaço do Bairro com a participação dos moradores.

Mais de metade dos casais (12 em 16), que são arrendatários, costumam participar nas reuniões da Associação e pensam que são encontros importantes para poderem acompanhar os problemas relacionados com o Bairro, para discutir, expor ideias e resolver problemas. São ainda reuniões participativas e *«ao fim e ao cabo até é um convívio que temos uns com os outros»* (desempregado à procura de novo emprego, 45 anos).

A Associação de Moradores que tem desempenhado um papel relevante na mediação com a Câmara, é integrada por um número significativo de moradores arrendatários (12) e é encarada, na generalidade, com a esperança de que continue a ser um meio para a resolução dos problemas do Bairro, com a Câmara ou outras entidades.

Poder-se-á assim concluir que ao contrário do «passeio no bairro», a Associação de Moradores é que surge como elemento de referência e contribui para a identidade colectiva do bairro.

16. O ALOJAMENTO DE SONHO

Postos os casais perante uma situação irreversível de terem que sair do Bairro, mais de metade (10 em 16) preferiria sair de Carnaxide, ou seja da zona onde se encontra o Bairro. Uns devido a motivos relacionados com o seu local de nascimento, com a família e/ou com os amigos; outros por desejarem estar mais próximos do local de trabalho; outros ainda manifestam preferência por um local onde houvesse muitos estabelecimentos comerciais, como por exemplo Benfica ou Algés, *«onde, quando a gente saísse, pudesse encontrar muita gente, ver montras, ir ao cinema, etc., aqui não há nada, aqui uma pessoa vem para casa e não tem para onde ir, aqui não há nada de nada... sinceramente»* (empregada auxiliar dos Hospitais Cívicos, 48 anos).

Os restantes casais (6), mesmo tendo que sair do Bairro, prefeririam apesar disso continuar a viver ali na zona, em Carnaxide, porque ali nasceram e porque ali têm todos os seus familiares e amigos e por uma questão de hábito: *«Gostava de continuar a viver em Carnaxide porque gosto disto. Uma pessoa já está habituada. Criámos aqui raízes. Se tivéssemos que ir para outro sítio não deixávamos de vir aqui»* (electricista, 27 anos).

Imaginando que para além dos casais terem de ir viver para outro sítio, também teriam que procurar uma nova casa, mas sem quaisquer restrições, por exemplo, na eventualidade de terem ganho uma fortuna no totoloto, mais de metade (13 em 16) gostaria de ter uma vivenda pelas seguintes razões:

«... porque vivia numa casa sozinha sem ter vizinhos ao lado ou pela frente. Acho muita graça a uma vivenda... e não é muito mais giro? Não acha? Com uma piscina e tudo... que sonhos!» (empregada auxiliar dos Hospitais Cívicos, 48 anos).

«... por ser isolada, por não ter implicações com os vizinhos. É isolado. É nosso. Não temos de dar contas a ninguém» (fiel de armazém, 24 anos).

«... pela completa independência... e pelo espaço» (chefe de Secção Adm., 39 anos).

Sintetizando, para a maioria dos casais viver numa vivenda significa ter espaço (6), ter sossego e privacidade porque é mais isolado e independente (6) e consequentemente, não ter implicações com os vizinhos (5).

Dos casais (6) para quem o interesse principal em ter uma vivenda significa espaço, concretizam que a preferem pelo espaço verde envolvente porque sempre foram criados em rés-do-chão ou em casas com quintal.

A esta questão aberta, os casais entrevistados responderam sem embaraço e sem reticências. Segundo nos parece, isto tem a ver, por um lado, com o facto do alojamento ser um objecto privilegiado da imaginação desde a infância, sendo mesmo possível que o passado residencial tenha criado estes modelos, e, por outro, com o facto da nossa questão marcar claramente o registo da resposta: o de um universo ideal que se vê em sonho sem ter em conta necessariamente a realidade e os seus constrangimentos.

Não sendo tarefa fácil determinar quais são verdadeiramente as necessidades das famílias, nomeadamente as das famílias a realojar, analisaram-se as aspirações e as representações, livremente desenvolvidas no sonho do alojamento ideal, nos desejos exprimidos pelos casais entrevistados. A vivenda é, pois, a criação de um modelo específico de apropriação do espaço ao nível das práticas quotidianas.

17. QUESTÃO HABITACIONAL

Em relação ao que os casais pensam sobre os Bairros Sociais, alguns (6) concordam na generali-

dade com a sua construção porque consideram que são feitos para tentar ajudar as pessoas com carências, isto é, para as pessoas que vivem mal poderem ter uma habitação melhor, pagando uma renda económica.

«É uma boa ideia porque acaba com estes problemas das pessoas viverem em barracas. Tem de se acabar com este flagelo de as pessoas viverem em barracas..., mas quando?» (fiel de armazém, 20 anos).

Outros (2) acham que os bairros sociais são uma miséria.

«São uma miséria porque de bairros sociais muitas vezes eles não têm nada. Com estas rendas, as rendas não são sociais. Além disso as pessoas não tomam conta do bairro, nem sequer as Câmaras» (doméstica, 26 anos).

Por fim, metade dos casais concordam com os bairros sociais desde que «eles sejam de facto bairros sociais». Quer isto dizer que apesar dos casais considerarem que foi uma boa invenção, não os consideram bairros sociais porque no que respeita a rendas não têm nada de social.

«Acho que são bons, quer dizer, alguns! Este tem rendas um bocado altas. Dá-se o nome de bairro social porque é mais económico, não é? Não é o caso deste porque há rendas muito elevadas» (conferente, 24 anos).

Metade dos casais concordam com o critério de atribuição das casas que tem sido aplicado porque pensam que é importante existirem tanto arrendatários como proprietários, permitindo deste modo o acesso quer aos associados quer aos não associados. Contudo, para além de serem de opinião que poderia ser atenuada a discrepância existente entre arrendatários e proprietários, não acham justo as rendas serem tão elevadas e aumentarem anualmente devido às carências habitacionais existentes.

Quanto ao estatuto de ocupação os casais consideram que «as pessoas fazem muito bem, porque assim, um dia mais tarde a casa é delas» (reformada, 53 anos) ou «se tivesse disponibilidades económicas também compraria a minha» (cobrador, 41 anos).

Os restantes casais (8) não estão de acordo com o critério de atribuição aplicado porque são de opinião que há pessoas mais necessitadas do que aquelas que acabaram por comprar a casa. Consideram que as casas foram feitas para atribuir a famílias residentes em núcleos degradados de Carnaxide e não para à posteriori 24% delas serem vendidas.

«Não concordei com o facto de se terem vendido umas quantas casas. Isto assim não é bairro social... porque se as casas foram feitas para sócios e para pessoas pobres... não era para vender assim a pessoas que foram a concurso» (empregada de escritório, 43 anos).

«Não concordo que muitos tenham ficado sem casa e outros tenham tido a oportunidade de apanharem uma casa, sem nunca terem lutado por isso» (doméstica, 43 anos).

Todos os casais consideram que as barracas deviam acabar porque todos os cidadãos têm direito a ter as mesmas possibilidades de: trabalho, saúde, higiene e o direito a ter uma casa mesmo pequena, desde que tenha condições básicas de habitabilidade.

«É um flagelo! É uma tristeza as pessoas terem que viver em barracas. Sofri muito com isso. Sou muito complexado. Estava nas aulas e sentia vergonha em dizer onde vivia. As pessoas ficam muito marcadas, então crianças... e nota-se, não é?» (fiel de armazém, 24 anos).

«Deviam acabar, só que algumas são boas (têm água, electricidade, etc.) e as pessoas estão ali habituadas, e muitas vezes não querem deixar aquilo. Até levam uma vida boa mas continuam a viver nas barracas» (lubrificador, 55 anos).

Em relação aos clandestinos a maioria dos casais (10 em 16) manifestam-se a favor porque as pessoas «fazem-nos por necessidade e porque não têm outra alternativa». Consideram ainda que não deviam ser demolidos porque: «Se as pessoas vão construindo aos poucos a sua casa é uma pena que lha mandem abaixo e que elas fiquem sem casa» (desempregado à procura de novo emprego, 45 anos).

Outros casais (3) são de opinião que existem tantas vantagens como inconvenientes.

«Por um lado acho mal, por outro acho bem porque há terrenos que ainda não estão urbanizados e quando as pessoas podem lá fazer... sei lá!» (empregada de escritório, 25 anos).

«É um mal menor em relação às barracas, apesar de ir degradando o meio ambiente. Poderá contrariar aquilo que as Câmaras pretendem, mas sempre se vive em melhores condições» (empregada de escritório, 28 anos).

«A situação é totalmente diferente (relativamente aos bairros sociais). Dever-se-iam criar incentivos e estímulos para as pessoas que têm vontade de construir. Destruir a habitação que uma pessoa levou anos a construir para depois ter de ir viver

para uma barraca não corresponde ao incentivo da habitação, mas da barraca. Essas situações deviam ser legalizadas com normas, como é evidente!» (electricista, 53 anos).

Os restantes casais (3) consideram que os claudérios não deviam existir porque não oferecem condições básicas de habitabilidade e porque após a construção das casas as pessoas ficam sujeitas às consequências camarárias e estatais.

18. RESOLUÇÃO DO PROBLEMA HABITACIONAL

Relativamente ao modo como se poderia resolver o problema da habitação neste país, a maioria dos casais (10 em 16) pensa que seria possível através da construção de bairros sociais pelo Governo e pelas Câmaras.

«O Governo e as Câmaras em vez de gastarem o dinheiro onde não devem, deviam aplicá-lo para a construção de bairros sociais desde que as casas não sejam para venda e as rendas se mantenham sociais, isto é desde que não aumentem anualmente. Devia existir uma percentagem fixa 11 a 12% sobre o rendimento do agregado familiar» (embalador, 29 anos).

Há casais (5) que consideram ainda que se, na generalidade, não houvesse tantos aumentos e, em particular, se as rendas não aumentassem anualmente, seria um contributo para a resolução da situação habitacional.

«Isto das casas, está tudo tão caro, que ficam muito caras e a gente não ganha para isso. Aumentam nas casas, na água, na luz e aquilo que nos aumentam a nós não dá para pagar o resto» (reformada, 61 anos).

Segundo outros casais (3) o problema da habitação é da responsabilidade do Governo e da Administração Local competindo-lhes por essa razão resolvê-lo com grande empenhamento.

«Com muita massa. Os Governos é que têm de tomar conta dessas responsabilidades» (reformada, 66 anos).

Outros contributos foram dados para a resolução do problema da habitação:

«Se colaborassem com as pessoas e as ajudassem então... as pessoas eram mais bem informadas. Por um lado, seria a construção de bairros sociais, mas, por outro lado, para muita gente o viver numa

barraca já é um hábito. Não me pergunte porquê, mas muitas vezes não querem ser realojadas, se calhar porque as pessoas não se mentalizam que têm de pagar renda... uma coisa que não pagavam!» (doméstica, 43 anos).

«Se as pessoas pudessem comprar um bocadinho de terreno e fazer a sua casinha, da maneira como está a habitação o Governo devia deixar fazer» (lubrificador, 55 anos).

«As autarquias deviam criar bairros porque o nível de custo dessa habitação é muito mais barato. Criar espaços onde a pessoa que tenha dinheiro e que queira construir com normas, dar mais espaço às pessoas mais desfavorecidas, por exemplo, através do cooperativismo» (electricista, 27 anos).

Considerando uma potencial actuação autárquica no bairro, tornou-se importante conhecer as opiniões e atitudes dos moradores em relação à Administração Central e Local.

Quer a Administração Central quer a Local estão presentes nos discursos e nas reivindicações, quer a apreciação seja positiva ou negativa.

A experiência pessoal apresentou-se como determinante na formulação das propostas de política habitacional.

19. CONCLUSÃO

Se ao nível do alojamento se quer falar em termos de funções, é preciso então falar de comunicação do alojamento, da sua função simbólica e de muitas outras na medida em que estas não têm uma menor repercussão na vida dos agentes sociais que as funções mais materiais. Esta ideia levou-nos a não restringir o campo da pesquisa ao domínio em que a importância do alojamento é reconhecida como as refeições, o trabalho, a brincadeira das crianças, etc.. O impacto do alojamento pode assim, também manifestar-se na vida profissional, na vida social, na vida quotidiana e na dos lazeres.

Procurou-se então, reunir alguma informação sobre todos estes pontos, a fim de tentar apreender em cada um deles o papel tido pelo alojamento e melhor compreender a satisfação e as aspirações directamente exprimidas pelas famílias.

Assim, poder-se-á concluir que o alojamento não possui em si próprio efeito determinante sobre as práticas sociais dos seus ocupantes, mas a sua influência conjugada com o conjunto das condições de vida,

contribui certamente para facilitar ou contrariar o exercício da vida social desejada ou inconscientemente procurada por cada família.

REFERÊNCIAS

- CASTELLAN, Y. (1970) — *Initiation à la psychologie sociale*. Paris, A. Colin.
- CHOMBART DE LAUWE, P. H. (1959) — *Famille et habitation: sciences humaines et conceptions de l'habitation*. Vol. 1, Paris.
- (1960) — *Famille et habitation: un essai d'observation expérimental*. Vol. 2, Paris, C.N.R.S..
- (1972) — «Investigaciones sobre el terreno y estudio de casas», in P. M. Hauser, *La investigación social en las zonas urbanas*. Barcelona, Ed. Labor.
- (1979) — «Appropriation de l'espace et changement sociale». *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Vol. LXVI: 141-150, Paris.
- DEUTSCH, M., e KRAUSS, R. M. (1972) — *Les théories en psychologie sociale*. Paris, Mouton.
- FERREIRA, M. V. (1975) — *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política*. Porto, Edições Afrontamento.
- I.N.E. (1981) — «XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação», *Antecedentes, Metodologia e Conceitos*. Lisboa.
- LAMURE, C. (1976) — *Adaptation du logement à la vie familiale*. Paris, Édition Eyrolles.
- PALMADE, J. (1977) — «L'habiter»: *approche psychosociologique*. Texto policopiado.
- (1977) — *Symbolique et ideologie de l'habiter*. Texto policopiado.
- (1981) — «Le système de l'habiter». *Annales des Pont et chaussés*. 4 trim.: 7-36, Paris.
- PINÇON, M. (1978) — *Besoins et Habitus*. Paris, C.S.U..
- RAYMOND, H. (1966) — *L'habitat pavillonnaire*. Centre de Recherches d'Urbanisme (C.R.U.), Paris.
- REICHERT, H., e REMAUD, J. D. (1980) — *Analyse sociale de la ville*. Paris, Masson.

VÁRIOS (1967) — *Grands Ensembles, Banlieus Nouvelles*. Enquête démographique et psycho-sociologique. Centre de Recherche d'Urbanisme. Institut National d'Etudes Demographiques.

RESUMO

Os processos de apropriação do alojamento não têm sido, até ao momento, um objecto particularmente abordado no interior da sociologia. Muitos dos principais contributos neste campo de análise provêm de outras disciplinas sociais, nomeadamente da antropologia cultural, da semiótica e da psico-sociologia.

Por estas razões, este artigo situa-se num âmbito bastante diferente daquele em que habitualmente tem sido analisada a questão do alojamento.

Entende-se que o alojamento não é só espaço ou lugar físico de ocorrência de determinadas práticas quotidianas. Mais do que isso ele é um pólo gerador de relações e identidades (formas de sociabilidade, relações de vizinhança, etc.) e ainda de diferentes formas de apropriação/usufruição.

Falar de alojamento significa pensá-lo não apenas como configuração arquitectónica-urbanística, mas concebê-lo como suporte de um conjunto de práticas sociais capazes de o recriar através de uma relação produção-consumo.

ABSTRACT

The process of housing appropriation has been studied within cultural anthropology, semiotics and psycho-sociology more frequently than the object of sociological investigation.

Consequently, an alternative approach to studying this subject is proposed.

Housing not only consumes physical space where everyday life occurs. It is also the place where relationships, identities (forms of sociability, neighbourhood relations, etc.) and different forms of appropriation and use are apparent.

In addition, housing appropriation is analysed not only as an architectural-urban configuration. It is also effected by social practices which recreate the relationship of production and consumption.